

## Mapa de Riscos - Planejamento

Nº	ETAPA	Identificação RISCO	Origem	CAUSA	Análise CONSEQUÊNCIA	PROBABILIDADE	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA	Tratamento AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO
1	Formalização da demanda	<b>Ausência ou subdimensionamento da previsão da demanda (compra ou contratação) no Plano Anual de Contratação.</b>	Interno	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de conhecimento dos agentes públicos responsáveis pela contratação sobre o Plano Anual de Contratação;</li> <li>Fluxo interno deficiente de solicitação de aquisição;</li> <li>Surgimento de necessidade não conhecida à época da elaboração do PCA.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Caracterização de emergência fabricada ou fracionamento indevido de licitação;</li> <li>Desperdício de recursos;</li> <li>Descontinuidade da contratação para demandas continuadas;</li> <li>Impossibilidade de concretizar a compra/contratação.</li> </ul>	Baixo	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>Matriz de responsabilidade com a especificação dos papéis relacionados ao processo licitatório;</li> <li>Criação e divulgação de fluxo interno de inclusão da demanda;</li> <li>Capacitação anual dos agentes públicos que participam do processo de compras e contratações (ênfase em planejamento).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Contratação emergencial para atendimento da necessidade pública, com eventual apuração de responsabilidade em razão da descontinuidade;</li> <li>Inclusão da nova demanda no PCA.</li> </ul>	Alta administração
2	Previsão dos recursos orçamentários necessários	<b>Indisponibilidade orçamentária para realização de licitação.</b>	Interno	<ul style="list-style-type: none"> <li>Comprometimento do orçamento com outras contratações e aditivos;</li> <li>Mudança no cenário fiscal que possa impactar em restrições;</li> <li>Ausência ou fragilidade no planejamento;</li> <li>Ausência de previsão da necessidade de contratação no Plano Anual de Contratação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Impossibilidade de contratação;</li> <li>Execução do serviço sem lastro contratual;</li> <li>Parcelamento indevido da contratação;</li> <li>Prejuízo à economia de escala com o parcelamento indevido da contratação.</li> </ul>	Muito Baixo	Alto	<ul style="list-style-type: none"> <li>Matriz de responsabilidade com a especificação dos papéis relacionados ao processo licitatório;</li> <li>Capacitação anual dos agentes públicos alocados nas áreas de compras e contratações (ênfase em planejamento);</li> <li>Criação de rotina e de fluxo de identificação de eventos que podem comprometer o cumprimento do orçamento e do cronograma de desembolso da unidade;</li> <li>Acompanhamento dos tetos definidos pelo Orçamento;</li> <li>Planejamento a longo prazo em relação ao plano estratégico de infraestrutura do Estado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Redução de valor de outros contratos/despesas para viabilizar o remanejamento orçamentário.</li> </ul>	Alta administração
3	Autorização da autoridade competente	<b>Falta de autorização da autoridade competente para abertura da licitação.</b>	Interno	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de fluxo desenhado para o procedimento licitatório;</li> <li>Falta de conhecimento dos agentes públicos responsáveis pela contratação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Possibilidade de responsabilização dos agentes públicos;</li> <li>Nulidade do processo licitatório.</li> </ul>	Médio	Alto	<ul style="list-style-type: none"> <li>Matriz de responsabilidade com a especificação dos papéis relacionados ao processo licitatório;</li> <li>Desenho de fluxo de trabalho interno, adequado à realidade do órgão/entidade;</li> <li>Capacitação anual dos agentes públicos alocados nas áreas de compras e contratações;</li> <li>Elaborar e divulgar checklist contendo a documentação necessária para publicação;</li> <li>Publicação do edital pelo agente de contratação somente após verificação integral dos requisitos condicionantes para tanto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Capacitação dos agentes públicos sobre a necessidade de comunicar, de forma imediata, equívocos que tenham sido cometidos no curso do processo licitatório para a tomada de providências destinadas a mitigar/remediar potenciais danos;</li> <li>Anulação do processo licitatório e repetição do procedimento saneado do vício.</li> </ul>	Alta administração
4	Designação do agente de contratação/equipe de apoio/comissão de contratação	<b>Formação de equipe sem experiência ou qualificação para conduzir a licitação.</b>	Interno	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de critério técnico para escolha da equipe;</li> <li>Ausência de pessoal técnico qualificado;</li> <li>Falta de conhecimento do órgão da importância da equipe envolvida no planejamento da licitação;</li> <li>Falta de atratividade das atividades relacionadas à licitação, em face do risco de responsabilização envolvido.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Perda de credibilidade e prejuízo reputacional ao ente público e comprometimento da cultura da organização;</li> <li>Demora no andamento dos processos podendo trazer prejuízos à prestação de serviços públicos e/ou gerar contratações emergenciais;</li> <li>Responsabilização do agente em virtude de atuação por culpa.</li> </ul>	Alto	Alto	<ul style="list-style-type: none"> <li>Capacitação dos agentes públicos para atender à necessidade da administração;</li> <li>Rodízio na comissão de contratação;</li> <li>Definição de critérios objetivos/requisitos técnicos para composição das equipes;</li> <li>Maior integração/cooperação dos órgãos de controle, mitigando riscos a partir da difusão de entendimentos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação periódica dos agentes designados;</li> <li>Capacitação dos agentes públicos para atender à necessidade da administração;</li> <li>Substituição da equipe.</li> </ul>	Alta administração Agente da Contratação
5	Elaboração do Estudo Técnico Preliminar	<b>Justificativa de contratação inadequada ou não descrita em nível adequado.</b>	Interno	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de conhecimento dos atores da importância da justificativa;</li> <li>Ausência de capacidade técnica da equipe.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atraso na contratação em função do retrabalho;</li> <li>Contratação de uma solução que poderia ter sido evitada ou ter sido executada em melhores condições;</li> <li>Desperdício de recursos.</li> </ul>	Muito Baixo	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>Matriz de responsabilidade com a especificação dos papéis relacionados ao processo de contratação;</li> <li>Desenho de fluxo de trabalho interno, adequado à realidade do órgão/entidade;</li> <li>Capacitação anual dos agentes públicos alocados nas áreas de compras e contratações;</li> <li>Capacitação prévia envolvendo também os agentes do setor demandante (área de negócio).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Caso possível, devolução dos autos para que a área de planejamento realize o ETP;</li> <li>Responsabilização efetiva dos agentes públicos em caso de descumprimento das orientações.</li> </ul>	Equipe de Planejamento e Contratação Setor Demandante
6	Elaboração do Estudo Técnico Preliminar	<b>Não realização de estudos técnicos preliminares, quando obrigatórios</b>	Interno	<ul style="list-style-type: none"> <li>Resistência por parte dos servidores envolvidos no processo de contratação para elaboração do ETP;</li> <li>Falta de percepção dos servidores a respeito da relevância dos estudos preliminares – ETP;</li> <li>Ausência de fluxo interno definindo responsabilidades;</li> <li>Equipe reduzida;</li> <li>Ausência de capacidade técnica da equipe.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desperdício de recursos públicos;</li> <li>Quantidades inadequadas nos itens demandados;</li> <li>Especificações insuficientes;</li> <li>Não atendimento da necessidade que originou a contratação;</li> <li>Especificações indevidamente restritivas, com consequente diminuição da competição e aumento indevido do custo da contratação;</li> <li>Nulidade do Processo Licitatório.</li> </ul>	Muito Baixo	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>Formação de equipe multidisciplinar para elaboração do ETP;</li> <li>Matriz de responsabilidade com a especificação dos papéis relacionados ao processo de contratação;</li> <li>Capacitação prévia envolvendo também os agentes do setor demandante (área de negócio);</li> <li>Capacitação dos servidores em relação às normas orientativas publicadas pela AGESUL.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Caso possível, devolução dos autos para que a área de planejamento realize o ETP;</li> <li>Responsabilização efetiva dos agentes públicos em caso de descumprimento das orientações.</li> </ul>	Equipe de Planejamento e Contratação Autoridade Competente
7	Elaboração do Estudo Técnico Preliminar	<b>Elaboração do ETP com especificações incompletas/desnecessárias ou com requisitos técnicos irrelevantes/insuficientes.</b>	Interno	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de cultura de planejamento das contratações;</li> <li>Equipe envolvida na elaboração do ETP sem conhecimento adequado de planejamento e do objeto a ser contratado;</li> <li>Dificuldade em alocar servidores com experiência recomendada, tendo em vista que não há recompensa remuneratória em contraponto à responsabilidade assumida.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Diminuição da competição;</li> <li>Aumento indevido do valor da contratação;</li> <li>Elaboração do TR ou projeto básico sem elementos essenciais para seleção da proposta mais vantajosa;</li> <li>Solução contratada ou adquirida que não corresponde às necessidades da Administração Pública;</li> <li>Atraso na contratação em função do retrabalho;</li> <li>Replicação do edital;</li> <li>Nulidade do Processo Licitatório.</li> </ul>	Médio	Alto	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de checklist que determina o ponto de partida necessário para definir especificações e requisitos para elaboração do ETP;</li> <li>Criação de equipe multidisciplinar para elaboração do ETP, visando manter a segregação de função e instâncias de revisão na elaboração do estudo;</li> <li>Capacitação dos servidores em relação ao tema Planejamento das Contratações;</li> <li>Capacitação dos servidores em relação às orientações expedidas pela AGESUL/PGE.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Responsabilização efetiva dos agentes públicos em caso de descumprimento das orientações.</li> </ul>	Equipe de Planejamento e Contratação Autoridade Competente

## Mapa de Riscos - Planejamento

Nº	ETAPA	Identificação		Análise			Tratamento		RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO	
		RISCO	Origem	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	PROBABILIDADE	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA		AÇÃO DE CONTINGÊNCIA
8	Elaboração do Estudo Técnico Preliminar	<b>Justificativa técnica e econômica inadequada</b>	Interno	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contratação de empresas que não possuam capacidade técnica para elaboração do projeto executivo;</li> <li>• Falta de pessoal com conhecimento na área;</li> <li>• Memória de cálculo inexistente ou inadequada;</li> <li>• Formação e Pesquisas de preços inadequadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Opções disponíveis para contratação que não atendem à necessidade da administração;</li> <li>• Descumprimento do art.18, § 1º, Inciso V da Lei Nº 14.133/2021, que trata das regras para levantamento de mercado;</li> <li>• Elaboração do TR ou projeto básico sem elementos essenciais para seleção da proposta mais vantajosa.</li> </ul>	Média	Alto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitação dos servidores;</li> <li>• Criação de equipe multidisciplinar para elaboração do ETP;</li> <li>• Apresentação no ETP de memória de cálculo que justifique a solução escolhida;</li> <li>• A Diretoria de Projetos e Orçamentos realizar todas as análises necessárias junto a empresa contratada referente aos projetos executivos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caso possível, devolução dos autos para que a área de planejamento promova as adequações necessárias no ETP;</li> <li>• Se as adequações solicitadas forem específicas das peças técnicas, a equipe de planejamento acionará a DPO e a GCR para os esclarecimentos e correções se forem necessárias.</li> <li>• Responsabilização efetiva dos agentes públicos em caso de descumprimento das orientações.</li> </ul>	Equipe de Planejamento e Contratação DPO / GCR
9	Elaboração do Termo de Referência	<b>Elaboração de TR desassociado do ETP</b>	Interno	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de conhecimento da equipe;</li> <li>• ETP precário ou deficiente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Multiplicidade de esforços para realização do planejamento de licitações de objetos correlatos;</li> <li>• Desperdício de recursos públicos;</li> <li>• Retrabalho e desperdício de tempo na correção e adequação de instrumentos (ETP e TR).</li> </ul>	Muito Baixo	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Padronização dos documentos utilizados nas contratações públicas, mediante aprovação de modelos de Termos de Referência (TR), com elementos mínimos necessários para um adequado planejamento das contratações;</li> <li>• Capacitação dos agentes públicos envolvidos na fase de planejamento (confeção de ETP e TR).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caso possível, devolução dos autos para que a área de planejamento corrija as falhas e compatibilize os instrumentos de planejamento.</li> </ul>	Equipe de Planejamento e Contratação Autoridade Competente
10	Licenciamento Ambiental (quando necessário)	<b>O serviço não poder ser iniciado ou ser paralisado</b>	Interno	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atraso, não obtenção, alteração e/ou renovação das licenças ambientais relativas ao empreendimento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O não prosseguimento do rito processual da licitação;</li> <li>• Paralisação dos serviços;</li> <li>• Possíveis multas por estar em desacordo com a legislação ambiental.</li> </ul>	Baixo	Alto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Solicitar ao setor requisitante e a Diretoria Meio Ambiente o licenciamento do empreendimento;</li> <li>• Realizar o processo licitatório somente quando todos os documentos pertinentes a licença ambiental estiver arrolada no processo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver um plano para lidar com situações em que os documentos ambientais necessários não estejam disponíveis, incluindo procedimentos alternativos e medidas de mitigação de riscos.</li> </ul>	Equipe de Planejamento e Contratação DMA Setor Requisitante
11	Elaboração do edital e seus anexos	<b>Edital contendo cláusulas que podem direcionar a contratação para determinado fornecedor.</b>	Interno	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Requisitos excessivamente restritivos ou excessivamente abertos (restrição demais ou de menos), relacionados ao objeto e/ou à qualificação do licitante;</li> <li>• Conluio entre agentes públicos e privados;</li> <li>• Conflitos de interesse entre agentes públicos e licitantes;</li> <li>• Falta de uniformidade entre as decisões dos órgãos de controle, ampliando a insegurança jurídica do gestor ao incluir cláusulas que possam restringir a competição.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fuga de potenciais licitantes, licitação deserta/fracassada;</li> <li>• Perda de credibilidade e prejuízo reputacional ao ente público, comprometimento da cultura da organização;</li> <li>• Contratação com sobrepreço.</li> </ul>	Baixo	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenho de fluxo de elaboração e aprovação de edital, destacando a matriz de responsabilidades;</li> <li>• Desenho de fluxos e de processos internos para dar início à apuração de responsabilidade dos particulares;</li> <li>• Inclusão da área técnica nos fluxos de trabalho e na matriz de responsabilidade;</li> <li>• Segregação de decisões e identificação expressa dos responsáveis por cada decisão (autoria);</li> <li>• Capacitação anual sobre os riscos de integridade e sobre a responsabilidade solidária dos envolvidos na contratação;</li> <li>• Padronização de Termo de Referência e Edital, quando couber;</li> <li>• Maior integração/cooperação dos órgãos de controle, mitigando riscos a partir da difusão de entendimentos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apuração da responsabilidade dos agentes públicos e dos particulares envolvidos.</li> </ul>	Equipe de Planejamento e Contratação DLO CIUR
12	Elaboração do edital e seus anexos	<b>Edital contendo cláusulas que possibilitem a participação de licitantes que não têm capacidade técnica para executar o objeto.</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Requisitos excessivamente abertos relacionados ao objeto e/ou à qualificação do licitante;</li> <li>• Conluio entre agentes públicos e privados;</li> <li>• Conflitos de interesse entre agentes públicos e licitantes;</li> <li>• Falta de uniformidade entre as decisões dos órgãos de controle, ampliando a insegurança jurídica do gestor ao incluir cláusulas que possam restringir a competição.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não obtenção do objeto contratado por incapacidade da empresa contratada em executar a avença;</li> <li>• Descumprimento de obrigações previstas em legislação específica pela contratada;</li> <li>• Execução inadequada do objeto.</li> </ul>	Baixo	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenho de fluxo de elaboração e aprovação de edital, destacando a matriz de responsabilidades;</li> <li>• Desenho de fluxos que prevejam os procedimentos necessários à avaliação e rescisão contratual - caso seja considerada a melhor alternativa;</li> <li>• Desenho de fluxos e processos internos para dar início à apuração de responsabilidade dos particulares;</li> <li>• Inclusão da área técnica nos fluxos de trabalho e na matriz de responsabilidade;</li> <li>• Segregação de decisões e identificação expressa dos responsáveis por cada decisão (autoria);</li> <li>• Capacitação anual sobre os riscos de integridade e sobre a responsabilidade solidária dos envolvidos na contratação;</li> <li>• Padronização de Termo de Referência e Edital, quando couber;</li> <li>• Maior integração/cooperação dos órgãos de controle, mitigando riscos a partir da difusão de entendimentos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação quanto à pertinência da contratação;</li> <li>• Apuração da responsabilidade dos agentes públicos e dos particulares envolvidos.</li> </ul>	Equipe de Planejamento e Contratação DLO CIUR
13	Parecer Jurídico/Nota Técnica	<b>Análise jurídica superficial.</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de sistematização sobre o que deve ser verificado na avaliação de legalidade realizada pela assessoria jurídica;</li> <li>• Avaliação de itens com baixo risco de ilegalidade em detrimento de outros com alto risco de legalidade;</li> <li>• Setor jurídico (servidor em questão) se eximindo das suas responsabilidades;</li> <li>• Desconhecimento da jurisprudência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Continuidade de licitação com vícios de legalidade.</li> </ul>	Baixo	Alto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação dos checklists e orientações da PGE nas suas análises;</li> <li>• Promoção de capacitação periódica específica para a área jurídica;</li> <li>• Existência de instância revisora;</li> <li>• Definir priorização dos itens com alto risco de ilegalidade;</li> <li>• Matriz de responsabilidade com a especificação dos papéis relacionados ao processo licitatório.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de nova análise.</li> </ul>	CIUR
14	Parecer Jurídico/Nota Técnica	<b>Atraso na finalização da análise jurídica do processo.</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevado número de demandas frente ao quantitativo de servidores;</li> <li>• Ausência de prazo padrão;</li> <li>• Documentação enviada com atraso, incompleta ou não enviada pelo setor responsável.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de cobertura contratual para o serviço que não pode ser interrompido até a nova contratação resultante da licitação (possibilidade de existência do Termo de Ajuste de Contas);</li> <li>• Atraso no início da execução do objeto.</li> </ul>	Baixo	Muito Alto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definir priorização e prazo para análise do jurídico;</li> <li>• Definição de critérios objetivos/requisitos técnicos para composição das equipes;</li> <li>• Elaborar e divulgar checklist contendo a documentação necessária para envio do setor responsável para o setor jurídico;</li> <li>• Monitoramento das atividades do jurídico pela Alta Gestão através de metas e indicadores;</li> <li>• Redimensionar a estrutura do Jurídico;</li> <li>• Promoção de capacitação periódica específica para a área jurídica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contratação emergencial (com cláusula de morte súbita) para atendimento da necessidade pública, com eventual apuração de responsabilidade em razão da descontinuidade, enquanto o processo ordinário não for concluído.</li> </ul>	CIUR

Esse documento foi assinado por SIDINEI OSHIRO, MARIA EDUARDA AMARAL SILVA, DOUGLAS ATILA GOMES RUDES e FERNANDO VIECELI MAIA. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://api.sign.e-ms.ms.gov.br/validate/XL5U8-VK8NM-QRZYL-NF8NK>

## Mapa de Riscos - Seleção do Fornecedor

Nº	ETAPA	Identificação	RISCO	Origem	CAUSA	Análise CONSEQUÊNCIA	PROBABILIDADE	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA	Tratamento	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL PELO
1	Divulgação do edital de licitação	<b>Divulgação do aviso de licitação sem publicação do edital ou de algum anexo.</b>		Interna	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desorganização interna;</li> <li>Falta de conhecimento dos agentes públicos sobre os documentos que precisam ser publicados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conclusão da fase de Seleção do Fornecedor após a data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços/obra ou realizado o fornecimento dos bens;</li> <li>Anulação do processo por falta de publicação de documento essencial.</li> </ul>	Muito Baixo	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>Definição de área responsável pelo monitoramento e reporte do andamento dos processos à Alta Gestão;</li> <li>Criação de fluxo interno com definição clara de responsabilidades e prazo;</li> <li>Elaborar e divulgar checklist contendo a documentação necessária para publicação;</li> <li>Elaboração de Matriz de Responsabilidade para auxiliar na identificação dos servidores designados por cada ação;</li> <li>Programas de treinamento e educação para os servidores que vão atuar no ambiente de compras públicas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Replicação da licitação dando ampla publicidade, abrindo novo prazo para abertura da sessão.</li> </ul>	Diretoria de Licitações	
2	Divulgação do edital de licitação	<b>Ausência de ampla publicidade do edital.</b>		Interna	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de conhecimento dos agentes públicos sobre as exigências legais de publicação;</li> <li>Desorganização interna.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Licitação deserta ou desvantajosa;</li> <li>Anulação do processo por descumprimento de exigência legal.</li> </ul>	Médio	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>Definição de área responsável pelo monitoramento e report do andamento dos processos à Alta Gestão;</li> <li>Criação de fluxo interno com definição clara de responsabilidades e prazo;</li> <li>Elaboração de Matriz de Responsabilidade para auxiliar na identificação dos servidores designados por cada ação;</li> <li>Programas de treinamento e educação para os servidores que vão atuar no ambiente de compras públicas;</li> <li>Ampliação dos meios de divulgação quando verificado o universo restrito de proponentes mesmo quando a legislação for atendida.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Replicação da licitação dando ampla publicidade, abrindo novo prazo para abertura da sessão.</li> </ul>	Diretoria de Licitações	
3	Divulgação do edital de licitação	<b>Atuação falha nas respostas aos pedidos de esclarecimento e pedidos de impugnação.</b>		Interna	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de conhecimento dos agentes públicos responsáveis pelas respostas;</li> <li>Perda do prazo legal para publicação das respostas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Questionamentos acerca do certame;</li> <li>Restrição/Direcionamento quanto ao objeto;</li> <li>Necessidade de adiar a licitação causando atraso na contratação.</li> </ul>	Baixo	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>Designação de área técnica para apoiar o agente de contratação durante a análise dos pedidos de esclarecimento e impugnação;</li> <li>Capacitação dos agentes públicos envolvidos na contratação;</li> <li>Programas de treinamento e educação para os servidores que vão atuar no ambiente de compras públicas, alertando sobre os riscos e as consequências de corrupção e fraude, bem como mecanismos de prevenção.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Replicação da licitação dando ampla publicidade, abrindo novo prazo para abertura da sessão.</li> </ul>	Diretoria de Licitações	
4	Apresentação das propostas e lances	<b>Proposta fictícia, de fachada ou de cobertura, apresentadas com o intuito de aparentar competitividade no certame.</b>		Interna	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conluio entre fornecedores;</li> <li>Conluio entre fornecedores e agente público.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Questionamentos futuros, inclusive judiciais, sobre a licitação, com risco de anulação do contrato;</li> <li>Desvantajosidade ao interesse público.</li> </ul>	Baixo	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>Treinamentos específicos e outras medidas de promoção da integridade, junto aos agentes públicos e também junto aos potenciais fornecedores / sociedade civil;</li> <li>Desenho de controles, sobretudo por meio de ferramentas de Tecnologia da Informação, para avaliação de coincidências entre propostas e documentos de habilitação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apuração de responsabilidade civil, administrativa e criminal dos agentes públicos envolvidos na licitação bem como dos particulares;</li> <li>Aplicação de sanção aos licitantes que pratiquem infração administrativa e apuração de responsabilização civil e criminal.</li> </ul>	Agente de Contratação Diretoria de Licitações	
5	Julgamento	<b>Impugnações ou interposição de recursos.</b>		Interna	<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de conhecimento dos agentes públicos responsáveis pelas respostas;</li> <li>Perda do prazo legal para publicação das respostas;</li> <li>Desorganização interna.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atraso no processo de contratação;</li> <li>Impossibilidade de contratação;</li> <li>Questionamentos acerca do certame;</li> <li>Restrição/Direcionamento quanto ao objeto;</li> </ul>	Baixo	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>Designar área técnica para apoiar a autoridade competente durante a análise do recurso;</li> <li>Capacitação dos agentes públicos envolvidos na contratação;</li> <li>Programas de treinamento e educação para os servidores que vão atuar no ambiente de compras públicas, alertando sobre os riscos e as consequências de corrupção e fraude, bem como mecanismos de prevenção.</li> <li>Elaborar e revisar criteriosamente os artefatos de planejamento da contratação de acordo com os normativos vigentes.</li> <li>Avaliar e realizar os ajustes recomendados pela Consultoria Jurídica para sanar inconformidades dos documentos de planejamento da contratação com a legislação vigente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Empenhar-se no atendimento aos pedidos de esclarecimento buscando nos repositórios legais e jurisprudenciais os elementos de sustentação das opções adotadas para a contratação;</li> <li>Aperfeiçoar a elaboração dos documentos de planejamento da contratação com estrita observância a legislação e normativos complementares. RESPONSÁVEL: Equipe de Planejamento da Contratação</li> </ul>	Agente de Contratação Diretoria de Licitações	
6	Habilitação	<b>Habilitação de licitante que não atende às exigências.</b>			<ul style="list-style-type: none"> <li>Erro ou má-fé do fornecedor;</li> <li>Erro ou má-fé dos agentes públicos responsáveis na análise dos documentos de habilitação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Contratação de empresa incapaz de executar a avença, não obtenção do objeto contratado e descumprimento, pela contratada, das obrigações previstas em legislação específica e no contrato;</li> <li>Questionamentos futuros, inclusive judiciais, sobre a licitação, com risco de anulação do contrato.</li> </ul>	Muito Baixo	Alto	<ul style="list-style-type: none"> <li>Treinamentos específicos e outras medidas de promoção da integridade, junto aos agentes públicos e também junto aos potenciais fornecedores / sociedade civil;</li> <li>Desenho de controles para avaliação de coincidências entre propostas e documentos de habilitação;</li> <li>Solicitação de apoio à área técnica, sempre que necessário;</li> <li>Realização de diligências necessárias para confirmação dos documentos de habilitação apresentados;</li> <li>Requerer das empresas interessadas em participar de processos de compras públicas mecanismos internos de controle, compliance e anticorrupção, quando permitido legalmente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apuração de responsabilidade civil, administrativa e criminal dos agentes públicos envolvidos na licitação;</li> <li>Aplicação de sanção aos licitantes que pratiquem infração administrativa e apuração de responsabilização civil e criminal.</li> </ul>	Agente de Contratação Diretoria de Licitações	
7	Homologação	<b>Homologação do processo com vício.</b>			<ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de conhecimento técnico da autoridade competente para identificar irregularidades no processo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Questionamentos futuros, inclusive judiciais, sobre a licitação, com risco de anulação da licitação ou do contrato.</li> </ul>	Baixo	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>Designação de assessoria técnica para auxiliar a autoridade competente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apuração de responsabilidade civil, administrativa e criminal dos agentes públicos envolvidos na licitação;</li> <li>Aplicação de sanção aos licitantes que pratiquem infração administrativa e apuração de responsabilização civil e criminal.</li> </ul>	Agente de Contratação Diretoria de Licitações	
8	Homologação	<b>Vencimento da proposta sem que tenha havido convocação para contratação.</b>			<ul style="list-style-type: none"> <li>Atraso nos procedimentos da licitação e demora na homologação sem justificativa;</li> <li>Atraso nos procedimentos de convocação para assinatura do contrato.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recusa do licitante em manter a proposta;</li> <li>Atraso no atendimento da demanda;</li> <li>Necessidade de convocar licitantes remanescentes ou até perda da licitação.</li> </ul>	Baixo	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>Definição de prazo geral para a conclusão da licitação;</li> <li>Definição de responsável para monitorar os prazos e realizar o controle dos prazos de vigência das propostas;</li> <li>Solicitação de prorrogação da proposta pelo agente responsável antes do término da vigência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Solicitação de prorrogação da proposta pela unidade demandante ou pelo pregoeiro;</li> <li>Apuração de responsabilidade civil, administrativa e criminal dos agentes públicos que provocaram o vencimento da proposta.</li> </ul>	Alta administração Agente de Contratação Diretoria de Licitações	

Esse documento foi assinado por SIDINEI OSHIRO, MARIA EDUARDA AMARAL SILVA, DOUGLAS ATILA GOMES RUDES e FERNANDO VIECELI MAIA. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://api.sign.e-ms.ms.gov.br/validate/XL5U8-VK8NM-QRZYL-NF8NK>

## Mapa de Riscos - Gestão

Nº	ETAPA	Identificação RISCO	Origem	CAUSA	Análise CONSEQUÊNCIA	PROBABILIDADE	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA	Tratamento AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL PELO
1	Execução contratual	<b>Atesto de NF dos serviços com as características (quantidade e qualidade) diferentes do especificado</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Ambiguidade das cláusulas contratuais;</li> <li>Especificação inadequada ou insuficiente no contrato;</li> <li>Ausência de conferência da qualidade e quantidade dos produtos recebidos;</li> <li>Falta de indicação tempestiva do fiscal/gestor, não substituição em caso de afastamento ou falta de capacidade técnica;</li> <li>Conflito de interesse dos servidores designados como fiscais e/ou gestores do contrato; Concentração de poder decisório nas mãos do fiscal/gestor do contrato.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Paralisação da execução contratual e eventual discussão judicial;</li> <li>Pagamento por serviços com qualidade e quantidade diferente da especificação e consequente prejuízo para a Administração Pública.</li> <li>Falta de recursos operacionais suficientes para realizar a medição.</li> </ul>	Médio	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>Capacitação dos agentes públicos que poderão ser designados como fiscais e/ou gestores;</li> <li>Criação e aplicação de listas de verificação para o recebimento provisório e definitivo;</li> <li>Viabilização de condições operacionais para fiscalização do contrato;</li> <li>Segregação da responsabilidade pelo recebimento provisório e definitivo para evitar repetição de equívocos;</li> <li>Proibição de que a medição seja realizada por meio exclusivo de relatório entregue pelo contratado;</li> <li>Comparar as características dos produtos/serviços recebidos com os parâmetros do edital de licitação;</li> <li>Caso o edital já tenha essa imprecisão, solicitar aditivo contratual antes do atesto da NF;</li> <li>Definir relação de suplentes de fiscal/gestor dos contratos;</li> <li>Viabilização de condições operacionais para fiscalização do contrato.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fiscal e/ou Gestor do contrato deve ser orientado a comunicar à autoridade competente caso haja (i) alguma divergência levantada pela empresa contratada; ou (ii) falta de condições operacionais para realizar a fiscalização do contrato;</li> <li>Suspensão do processo de pagamento até a comprovação da entrega do produto ou serviço de acordo com as quantidades e qualidade contratadas;</li> <li>Apuração de responsabilidade dos servidores e da empresa.</li> <li>Dupla checagem referente à NF de produtos ou serviços definidos com base na materialidade, relevância e vulnerabilidade, cujos critérios são definidos na Política de Riscos das Contratações;</li> </ul>	Fiscal e/ou Gestor do Contrato
2	Execução contratual	<b>Concessão indevida de reajustamento contratual.</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Formalização incompleta de todas as etapas do processo administrativo de concessão;</li> <li>Falta de conhecimento por parte dos agentes públicos;</li> <li>Má-fé dos agentes públicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prejuízo à Administração Pública;</li> <li>Favorecimento indevido à empresa contratada.</li> </ul>	Muito Baixo	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>Solicitação de auxílio de área contábil/financeira desvinculada da área contratante;</li> <li>Orientação para que o processo administrativo seja acompanhado de justificativa do fiscal fundamentando a necessidade de reajustamento, contendo os artefatos técnicos;</li> <li>Necessidade de parecer jurídico como exigência para a concessão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Orientação para que o gestor do contrato comunique de forma imediata e expressa situações de reajuste irregular;</li> <li>Apuração de responsabilidade dos agentes públicos e/ou empresas que não tenham observado às normas legais;</li> <li>Anulação do reajuste e determinação de devolução dos valores.</li> </ul>	Fiscal e/ou Gestor do Contrato
3	Execução contratual	<b>Não concessão do reajustamento contratual.</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Restrição orçamentário-financeira;</li> <li>Formalização incompleta de todas as etapas do processo administrativo de concessão;</li> <li>Falta de conhecimento por parte dos agentes públicos;</li> <li>Má-fé dos agentes públicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Descontinuidade do serviço;</li> <li>Necessidade de realização de dispensa emergencial;</li> <li>Precarização do serviço prestado;</li> <li>Redução de interessados nas licitações futuras.</li> </ul>	Médio	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de planejamento orçamentário considerando as expectativas de incremento de despesa;</li> <li>Solicitação de auxílio de área contábil/financeira desvinculada da área contratante;</li> <li>Orientação para que o processo administrativo seja acompanhado de justificativa do fiscal fundamentando a necessidade de reajustamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização das ações necessárias para o reajustamento contratual;</li> <li>Avaliação da possibilidade de redução do escopo, com vistas à viabilização do reajustamento contratual;</li> <li>Apuração de responsabilidade dos agentes públicos e/ou empresas que não tenham observado às normas legais.</li> </ul>	Fiscal e/ou Gestor do Contrato
4	Execução contratual	<b>Deliberação inadequada quanto ao pedido de reequilíbrio contratual.</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Restrição orçamentário-financeira;</li> <li>Formalização incompleta de todas as etapas do processo administrativo de concessão;</li> <li>Falta de conhecimento por parte dos agentes públicos;</li> <li>Má-fé dos agentes públicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prejuízo à Administração Pública;</li> <li>Favorecimento indevido à empresa contratada;</li> <li>Descontinuidade do serviço;</li> <li>Necessidade de realização de dispensa emergencial;</li> <li>Precarização do serviço prestado;</li> <li>Redução de interessados nas licitações futuras.</li> </ul>	Muito Baixo	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração de Matriz de Alocação de Riscos, quando couber;</li> <li>Solicitação de auxílio das áreas contábil/financeira e técnica;</li> <li>Orientação para que o processo administrativo seja acompanhado de justificativa do fiscal fundamentando a necessidade de reequilíbrio;</li> <li>Necessidade de parecer jurídico como exigência para a concessão de reequilíbrio;</li> <li>Realização de planejamento orçamentário considerando as expectativas de incremento de despesa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização das ações necessárias para o reequilíbrio contratual;</li> <li>Avaliação da possibilidade de redução do escopo, com vistas à viabilização do reequilíbrio contratual;</li> <li>Apuração de responsabilidade dos agentes públicos e/ou empresas que não tenham observado às normas legais;</li> <li>Anulação do reequilíbrio e determinação de devolução dos valores, caso concedido indevidamente.</li> </ul>	Fiscal e/ou Gestor do Contrato
5	Execução contratual	<b>Prorrogação contratual não formalizada até o vencimento contratual.</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Atraso na realização das etapas do processo administrativo de prorrogação;</li> <li>Falta de conhecimento por parte dos agentes públicos;</li> <li>Má-fé dos agentes públicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prejuízo à Administração Pública;</li> <li>Descontinuidade do serviço;</li> <li>Paralisação dos serviços.</li> </ul>	Alto	Alto	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de planejamento para prorrogação contratual com antecedência necessária para a conclusão de todos os atos preparatórios e em tempo hábil para eventual nova contratação, caso a contratada não tenha interesse em manter o contrato;</li> <li>Criação e aplicação de lista de verificação para realização dos atos preparatórios à prorrogação;</li> <li>Capacitação dos servidores quanto aos procedimentos necessários à prorrogação contratual.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apuração de responsabilidade dos agentes públicos que não tenham observado as normas legais.</li> </ul>	Fiscal e/ou Gestor do Contrato
6	Fiscalização do contrato	<b>Não manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação.</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Incapacidade do fornecedor de manter as condições necessárias para manutenção da habilitação;</li> <li>Má-fé do fornecedor.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dificultar ou inviabilizar a prestação do serviço relacionado à contratação;</li> <li>Necessidade de realização de nova licitação.</li> </ul>	Médio	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>Previsão nos editais e contratos das seguintes cláusulas:(i) obrigação do contratado de manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;(ii) cláusula de penalidade para o inadimplemento; e(iii) cláusula de garantia contratual prevendo a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Administração pela não manutenção das condições, além das Penalidades já previstas em lei;</li> <li>Emissão de relatórios de fiscalização da execução contratual prevendo a verificação periódica da manutenção das condições de habilitação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Exigência de cumprimento das condições de habilitação para permitir a continuidade da contratação;</li> <li>Abertura de Processo Administrativo de Apuração e penalização do Fornecedor</li> </ul>	Fiscal e/ou Gestor do Contrato

## Mapa de Riscos - Gestão

Nº	ETAPA	Identificação RISCO	Origem	CAUSA	Análise CONSEQUÊNCIA	PROBABILIDADE	IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA	Tratamento AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL PELO
7	Fiscalização do contrato	<b>Fiscalização inexistente ou inadequada.</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Designação de fiscais sem as competências necessárias e/ou tempo suficiente para desempenhar as atividades;</li> <li>Má-fé do fiscal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não detecção de descumprimento de obrigações pela contratada;</li> <li>Responsabilização solidária da Administração pelos encargos previdenciários e subsidiária pelos encargos trabalhistas;</li> <li>Dificuldade de responsabilização da empresa contratada em caso de descumprimento contratual.</li> </ul>	Muito Baixo	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>Treinamento específico para os fiscais do contrato;</li> <li>Elaboração e aplicação de lista de verificação contendo (i) as principais ações que são necessárias para fiscalização e (ii) a periodicidade recomendada para a realização das atividades;</li> <li>Definição dos requisitos mínimos de competência para nomeação dos fiscais;</li> <li>Acompanhamento periódico das ações realizadas pelo fiscal;</li> <li>Designação, sempre que possível, e a depender do porte da contratação, de mais de um agente público para a fiscalização;</li> <li>Solicitar apoio do assessoramento jurídico e do Controle Interno, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apuração da responsabilidade dos fiscais em caso de descumprimento legal;</li> <li>Substituição dos fiscais do contrato.</li> </ul>	Fiscal e/ou Gestor do Contrato
8	Pagamento	<b>Pagamento para fornecedor que perdeu a condição de regularidade fiscal e trabalhista.</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Negligência da equipe;</li> <li>Possibilidade de paralisação de serviço essencial em caso de não pagamento;</li> <li>Falta de conhecimento da equipe;</li> <li>Ausência de pessoal para análise;</li> <li>Má-fé do servidor.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ilegalidade do pagamento.</li> </ul>	Muito Baixo	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adoção de modelos de editais que estabeleçam a rotina de conferência dos documentos que demonstram a regularidade fiscal e trabalhista da contratada no curso da execução do contrato;</li> <li>Checklist contendo a documentação necessária para pagamento;</li> <li>Capacitação dos servidores na temática de regularidade fiscal e trabalhista de fornecedores;</li> <li>Existência de instância revisora.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apurar responsabilidade do gestor do contrato e do fornecedor.</li> </ul>	Fiscal e/ou Gestor do Contrato
9	Pagamento	<b>Atraso no pagamento das faturas</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Falta de disponibilidade financeira;</li> <li>Desorganização interna;</li> <li>Má-fé dos agentes públicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Utilização de cláusula de suspensão do contrato por parte da contratada;</li> <li>Perda de credibilidade do órgão;</li> <li>Má prestação dos serviços pelo fornecedor;</li> <li>Pagamento de juros, mora e multa.</li> </ul>	Baixo	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaboração do Plano Anual de Contratação de acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira;</li> <li>Estruturação dos processos internos que prevejam os procedimentos necessários para pagamento;</li> <li>Elaboração de Matriz de Responsabilidade em relação às atividades do processo de pagamento;</li> <li>Existência de instância revisora;</li> <li>Programas de treinamento e educação para os servidores que vão atuar no ambiente de compras públicas, alertando sobre os riscos e as consequências de corrupção e fraude.</li> </ul>	Adoção das medidas administrativas necessárias para a realização do pagamento.	Fiscal e/ou Gestor do Contrato
10	Pagamento	<b>Desrespeito da ordem cronológica de pagamento, nos termos da lei.</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Desorganização interna;</li> <li>Desconhecimento dos servidores sobre a legislação;</li> <li>Má-fé dos agentes públicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Má prestação dos serviços pelo fornecedor cujo pagamento foi preterido;</li> <li>Perda de credibilidade do órgão.</li> </ul>	Médio	Médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>Orientação expressa acerca da ordem cronológica de pagamento;</li> <li>Estruturação dos processos internos que prevejam os pagamentos em sua ordem cronológica;</li> <li>Publicação em seção específica do site eletrônico da ordem dos pagamentos realizados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apuração da responsabilidade de agentes públicos que não tenham adotadas as medidas obrigatórias de ordem de pagamento;</li> <li>Restabelecimento da ordem de pagamento;</li> <li>Comunicação aos órgãos de controle interno e externo em caso de alteração da ordem.</li> </ul>	Fiscal e/ou Gestor do Contrato

Assinado eletronicamente por:  
 DOUGLAS ATILA GOMES  
 RUDES  
 CPF: \*\*\*.308.431-\*\*

Douglas Átila Gomes Rudes  
 Equipe de Planejamento  
 Matrícula 509.570.021



Assinado eletronicamente por:  
 SIDINEI OSHIRO  
 CPF: \*\*\*.572.661-\*\*

Sidinei Oshiro  
 Equipe de Planejamento  
 Matrícula 434.709.022



Assinado eletronicamente por:  
 FERNANDO VIECELI MAIA  
 CPF: \*\*\*.540.961-\*\*

Fernando Vieceli Maia  
 Equipe de Planejamento  
 Matrícula 509.523.021



Assinado eletronicamente por:  
 MARIA EDUARDA AMARAL SILVA  
 CPF: \*\*\*.237.681-\*\*

Maria Eduarda Amaral Silva  
 Equipe de Planejamento  
 Matrícula 509.529.021





# MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: XL5U8-VK8NM-QRZYL-NF8NK

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ SIDINEI OSHIRO (CPF \*\*\*.572.661-\*\*) em 06/05/2026 08:44 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
172.20.15.222	Lat: -20,457300 Long: -54,638700 Precisão: 50000 (metros)
Autenticação	ECM-PROC-ADM
Aplicação externa	
iZ+aLmlpkxnBcE66WwpWFojVce4gptrfQICscCxs4ec=	
SHA-256	

- ✓ MARIA EDUARDA AMARAL SILVA (CPF \*\*\*.237.681-\*\*) em 06/05/2026 09:17 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
172.20.15.222	Lat: -20,443200 Long: -54,553000 Precisão: 50000 (metros)
Autenticação	ECM-PROC-ADM
Aplicação externa	
hO5araAWBC2P8Lou309pncj8wPU5+qaFa2UQyDEr1Kg=	
SHA-256	

- ✓ DOUGLAS ATILA GOMES RUDES (CPF \*\*\*.308.431-\*\*) em 06/05/2026 09:32 -  
Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
172.20.15.222	Lat: -20,457300      Long: -54,638700 Precisão: 50000 (metros)
Autenticação	ECM-PROC-ADM
Aplicação externa	
XyJTDrDT1qeay3PH1ju8PNXHp2NM8pWgAMIB6GZ+aXs=	
SHA-256	

- ✓ FERNANDO VIECELI MAIA (CPF \*\*\*.540.961-\*\*) em 06/05/2026 09:56 -  
Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
172.20.15.222	Não disponível
Autenticação	ECM-PROC-ADM
Aplicação externa	
vJ5D0sweR2n+CnITrei4vR4O4LZpfRTBu/9i9AaD3xM=	
SHA-256	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://api.sign.e-ms.ms.gov.br/validate/XL5U8-VK8NM-QRZYL-NF8NK>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://api.sign.e-ms.ms.gov.br/validate>